

O ENSINO SUPERIOR PARA OS POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL

Simone Eloy Amado

(Doutoranda PPGAS/Museu Nacional)

Resumo: Este artigo faz parte da pesquisa de campo desenvolvida no Estado de Mato Grosso do Sul juntos aos egressos indígenas das diversas universidades. Buscou por meio de entrevistas, aplicação de questionário e pela observação participativa nos trabalhos (escolas, posto de saúde, órgãos públicos etc.) desses egressos, para analisar como está sendo aplicando os conhecimentos adquiridos nas universidades dentro de suas aldeias ou fora da aldeia. Fazendo análise de como esses indígenas estão sendo inserido no mercado de trabalho. No meio desse contexto destaco alguns profissionais indígenas que estão se destacando na luta por autonomia de seu povo com os conhecimentos técnicos adquirido nas universidades.

Palavras-chave: Egressos Indígenas. Autonomia. Povo.

Abstract: This article is part of field research conducted in the state of Mato Grosso do Sul together indigenous graduates of different universities. He sought through interviews, questionnaire and the participatory observation in the works (schools, health centers, public bodies etc.) of these graduates, to analyze how this is applying the knowledge acquired in universities within their villages or outside the village. Making analysis of how these Indians are being inserted in the labor market. Amid this context highlight some indigenous professionals who are excelling in the struggle for independence of his people with the technical knowledge acquired in universities.

Keyword: Indigenous graduates. Autonomy. People.

Introdução

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, trouxe o paradigma do direito à diferença, principalmente ao tocante a educação dos povos indígenas. A demanda por educação superior para povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul surgiu do anseio dos professores e lideranças em buscar um ensino de qualidade dentro das aldeias uma vez que muitos dos professores estariam atuando como professor leigo dentro das salas de aula. Contudo, para que isso ocorresse se fazia necessária a formação desses professores que já eram atuantes nas escolas da aldeia. Outro fator a ser considerado como motivador na busca pelo ensino superior, como identificaram Souza Lima e Barroso Hoffman (2007), é o interesse indígena em gerir seus próprios projetos. Neste novo cenário, surgiram ações direcionadas à formação superior indígena com propostas de diversas ordens, a partir da iniciativa de universidades, estados e mesmo do MEC.

Em termos de ações federais, uma parceria entre SECAD, Secretaria de Educação Superior – MEC e o Programa Diversidade na Universidade resultou na primeira ação do MEC voltada para o ingresso de indígenas na Universidade: o Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), criado em 2005, que passou a oferecer, através de editais, incentivo financeiro para projetos que visassem à formação de professores indígenas para atuarem nas escolas das aldeias (SOUZA LIMA, 2007; PALADINO & PAIVA, 2012).

Em 2003, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) implantou o sistema de cotas, com 10% das vagas em todos os seus cursos por meio da Lei nº 2.589 de 26/12/2002 e Resolução COUNI/UEMS nº 241 de 7/07/2003 (CORDEIRO, 2005).

Essa mesma política foi adotada pela primeira vez no estado do Rio de Janeiro, após a promulgação da Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001, que “institui cota de até cinquenta por cento para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense”. O projeto de lei 3.627/2004 contém a proposta para uma eventual lei sobre a política de cotas.¹ As demais universidades do estado tiveram como foco principal as licenciaturas indígenas, já que a Lei de Diretrizes de Bases nº 9.394/1996 exigia a implantação das mesmas.

¹ http://gema.iesp.uerj.br/files/Levantamento_3%281%29.pdf, acesso em 31/01/2016.

Nesse caso, temos o exemplo da UFGD, que já tinha implantado a forma de acesso dos povos indígenas através da licenciatura intercultural antes mesmo da implantação de políticas afirmativas. Com o passar dos anos foi se percebendo que a história começava a mudar, e o que era impossível para os povos indígenas se tornou realidade.

Ano após ano, as demandas têm aumentado nas universidades em diversas áreas, não só nas licenciaturas, mas também nas áreas de saúde, direito, ciências agrárias etc. Para as aldeias é de suma importância que esses jovens se capacitem em diversas áreas devido aos vários impactos que elas têm sofrido, seja os de ordem ambiental, social, política, econômica, seja principalmente, pela perda das terras tradicionais etc. Essa nova geração vem com força para desconstruir tudo o que o *purútuye* (homem branco) construiu e ainda constrói sobre os índios até os dias atuais.

Em 2012, foi aprovada a lei nº 12.711/2012, que instituiu 50% de reserva de vagas (voltadas para pessoas de baixa renda e pertencentes a qualquer grupo étnico-racial) em todas as universidades federais do país. É importante frisar que, mesmo antes da adoção da lei, já existiam vários profissionais indígenas portadores de diploma de ensino superior. Acredito não ter sido fácil para esses indígenas concluírem suas graduações, mas devido às condições familiares mais favoráveis de alguns dentro da aldeia, eles conseguiram manter-se na cidade e finalizar seus cursos. Devo destacar, também, que mesmo antes da sanção da lei, já existia, como destaquei anteriormente, um movimento das universidades do estado no sentido de receberem indígenas por formas diversas: pelo sistema de cotas, em cursos e programas específicos, contando muitas vezes com políticas públicas para garantir a sua permanência nas instituições de ensino. Também têm sido desenvolvidos programas que vão desde a bolsa permanência do governo de estado e federal, cursos paralelo da própria universidade e de outras instituições, como a Funai (por algum tempo).

No Mato Grosso do Sul, um programa que ganhou destaque foi o Rede de Saberes, criado em 2005, como um programa de ação afirmativa que incluiu inicialmente duas universidades, no caso a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), e depois quatro, com a incorporação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O programa Rede de Saberes visa apoiar a permanência de indígenas no ensino superior do estado. Suas atividades se desenvolveram a partir da sugestão e criação, do auxílio à estruturação e monitoramento

da equipe do projeto Trilhas de Conhecimento.² O Projeto Trilhas do Conhecimento foi desenvolvido com recursos da Fundação Ford e gerenciado pelo Laced/Museu Nacional/UFRJ, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima e de Maria Macedo Barroso. Com o sucesso do projeto Rede e a continuidade do financiamento ainda hoje existente, o programa se estendeu também aos acadêmicos indígenas da UFGD e da UFMS, no ano de 2008, como dito acima.

Atualmente estima-se que o projeto atenda mais de 500 indígenas que ingressam por meio da política de cotas no ensino superior. Trata-se de um projeto com objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e, principalmente, de formular novas políticas que assegurem a permanência desses indígenas na universidade, através de formação de qualidade de indivíduos comprometidos, não apenas com a defesa dos direitos indígenas, mas também com o intuito de propiciar a autonomia e o desenvolvimento destes povos.

No início, o Programa Rede de Saberes apoiava cerca de 150 acadêmicos indígenas na UEMS, número que foi aumentando a cada ano, com a maior quantidade de ingressos (devido à adoção da política de reserva de vagas de 10% para indígenas). Os indígenas que têm buscado, cada vez em maior número, o acesso às universidades, vêm de povos que enfrentam um longo e histórico processo de relações inter-étnicas, marcado por todos os tipos de exclusão e preconceito. Na verdade, salvo algumas poucas iniciativas governamentais, em geral limitadas às universidades federais, no quesito política públicas, falta muito a ser feito, pois na prática elas praticamente inexistem no Brasil. Para os povos indígenas, as universidades constituem espaço importante na busca por conhecimento e principalmente em sua afirmação enquanto um

² O Projeto Trilhas de Conhecimento - o ensino superior de indígenas no Brasil, teve início em fevereiro de 2004, por meio de uma doação da Fundação Ford através da Pathways to Higher Education Initiative. O trabalho visa dar suporte ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas no Brasil, através de sua formação no ensino superior. Para tal O Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) investiu em apoiar/financiar núcleos universitários que promovessem iniciativas voltadas para a educação superior de indígenas. Mais informação no Site: <http://trilhasdeconhecimentos.etc.br/projeto/index.htm> Acesso em: 25/01/2016.

povo etnicamente diferenciado, para tanto sendo de suma importância que as Universidades entendam as nossas culturas e tradições. Para tanto, é preciso que avancemos juntos com as ações afirmativas. Assim como nos é dada a oportunidade de frequentar as universidades brasileiras, também temos o dever e a responsabilidade de retribuir a oportunidade e transformar em conquista para o nosso povo, para que essa bagagem de conhecimentos que adquirimos ao longo dos anos em que passamos na universidade sirva em benefício do nosso povo, e que de alguma forma esses ditos *conhecimentos científicos* possam ser utilizados de algum modo dentro de nossas aldeias.

Organização dos universitários indígenas dentro das Universidades

Através do Programa Rede de Saberes que realizava no início do ano letivo, uma pequena confraternização para os acadêmicos indígenas com a finalidade de acolher os novos calouros indígenas. O momento era de interação e diálogo entre esses acadêmicos, pois era dali que surgia a amizade e a troca de experiências e os desafios que cada um iria vivenciar. E assim iam se formando grupos dos quais futuramente surgiriam os representantes desses universitários indígenas. Alguns com mais experiência em movimento seria o que lutaria pelo movimento estudantil indígena no estado de Mato Grosso do Sul. Através de uma associação embora não constituída juridicamente, porém sempre apresentada pelos universitários indígenas que conseguia diversos espaços para expor a situação dos universitários e até como forma de dar visibilidade dos lugares que os indígenas estavam ocupando o campus das diversas universidades do estado de MS. A organização foi ganhando força e assim esses indígenas conseguiram estabelecer convênios com a Funai, com a Secretaria de Cultura, Educação e Assistência Social, além do apoio da própria universidade com as bolsas. Esses convênios ajudavam a fortalecer a organização desses universitários indígenas suas demandas eram atendidas desde ocupar espaços públicos para reuniões o que antes

eram feitas em praças ou até mesmo em locais desapropriado para reuniões, com apoio de passes, cestas básicas e doações de abrigo de frio.

Um dos momentos de grande interferência da organização através da Associação dos Estudantes Indígenas foi em 2008, ano em que os estudantes já não tinham onde buscar ajuda, pois muitos dos apoios citados acima já não existiam. O único remanescente era o Vale Universidade Indígena. Naquele momento, a atuação da Associação dos Estudantes foi decisiva e essencial para a permanência dos indígenas nos centros urbanos. Muitos já haviam desistido, pois, já se contavam seis meses de atraso no pagamento da bolsa Vale Universidade. Naquele momento, muitos alugueis, contas de luz e água estavam atrasadas, e muitos indígenas sem saber o que fazer, pois seus familiares não tinham mais como ajudá-los, já que tinham esgotado todas as fontes de ajuda por parte das suas famílias. A união dos estudantes indígenas e forma que eles estavam se organizando dentro dos centros urbanos, permitiu muitas negociações e diálogo nos vários âmbitos, quando os canais comuns se esgotavam e não havia outros meios, a não ser ir para as ruas em busca de respostas para as demandas não atendidas. Foi o que aconteceu na manhã do dia 14 de abril de 2008, depois que todos os apoios se esgotaram, os acadêmicos indígenas decidiram em reunião coletiva comunicar que os universitários iriam fazer uma grande mobilização contra o não cumprimento do decreto que concedia a bolsa permanência a eles: resolveram fechar a BR 262-Avenida Guaicurus, que liga a Universidade à cidade de Dourados, em forma de protesto por falta de depósito da bolsa universitária indígena. Muitos já não tinham de onde tirar recursos para se manter na cidade universitária de Dourados que, por sinal tinha preços elevados. A grande mobilização teve resultado logo na manhã do dia seguinte. O problema foi solucionado com o pagamento da bolsa universitária dos acadêmicos. É importante frisar aqui que, em meio a tantas adversidades de ordem cultural e financeira, havia principalmente uma dimensão psicológica. Em relação a isso, a acadêmica Ana E. Terena, de 22 anos, relata sua saída da aldeia:

“Lá na aldeia não temos tudo o que queremos, mas o pouco que temos é o suficiente para nossa sobrevivência, pois lá o vizinho planta mandioca, milho, abóbora, feijão e, na hora da colheita, ele vai dividir com você. Eu não estava mal na aldeia, pois o ano todo era tempo de plantar e colher. Agora, quando chego aqui, me deparo com essa situação de ter de pagar aluguel, comprar alimento etc.. E se não temos dinheiro, estamos mal, e quem vive bem?! Para você ter qualquer coisa tem que ter dinheiro [...] Vai comprar um arroz, tem

que pagar; um feijão, paga; um pão, tem que pagar, tudo tem que pagar. É muito difícil a vida fora da aldeia. É um choque quando temos que lidar com essas situações e, se pararmos para pensar, os nossos pais não nos prepararam sequer para enfrentar essas situações, porque eles não precisaram. Mas hoje, nós é que sofremos com isso. Nada que não possa ser superado, quando um sonho está acima de tudo [...] Estamos na luta. Quero terminar meus estudos, voltar para a minha aldeia e ajudar a minha família e as lideranças”.

A organização desses universitários indígenas no meio urbano não foi diferente da qual eles vive na aldeia, pois trouxe consigo o modo de viver da aldeia para a cidade, ou seja, a mesma preocupação e solidariedade que um tinha com o outro (mesmo que não fosse parente de sangue, e sim parentes por pertencerem a um mesmo povo), foi fundamental naquele momento, considerado por eles o tempo mais difícil. Quando esses estudantes se depararam com as situações de descaso, isso os fez repensar e começar a valorizar mais sua aldeia, sua família, pois perceberam que fora da aldeia existe outro modo de vida, que muitos anciões, adultos, adolescentes e crianças desconhecem. Sendo assim, os estudantes indígenas têm o dever de honrar seus compromissos e suas responsabilidades dentro da Universidade para que saiam bem formados com a capacidade de competir e debater em qualquer momento e em diferentes situações. O diferencial da maior parte dos acadêmicos indígenas está no modo como irão assimilar essa nova maneira de viver para superar os desafios, processo durante o qual muitos acabam por desistir por medo de tentar, e aqueles que resistem, vivenciam todas as dificuldades e as adversidades que o mundo universitário impõe, mas nada que não pode ser superado.

O Protagonismo dos egressos indígenas nas suas aéreas de atuação.

E de suma importância que os indígenas se empodere do conhecimento adquirido nas universidades e aqui mostrarei exemplos de profissionais indígenas atuantes em suas aldeias, sobretudo daqueles que estejam assessorando o movimento indígena no estado de Mato Grosso do Sul. Só será possível mencionar alguns deles, já que não existem dados detalhados sobre o número de indígenas formados no estado de

Mato Grosso do Sul, desde a implantação das ações afirmativas. Na falta de dados mais completos, quero deixar registradas as formas como muitos deles estão se inserindo no trabalho após a graduação nas áreas da educação, saúde, humanas. A experiência das ações afirmativas tem sido um sucesso, porém temos que considerar todo o caminho que passa o indígena universitário durante o período de graduação, sobretudo as sérias dificuldades materiais, culturais, idioma entre outras.

Ao serem indagados se conseguiram retornar às suas aldeias, a maioria deu respostas positivas, pois, além de trabalharem em suas áreas profissionais dentro das aldeias, têm ido além do cumprimento da carga horária em seus trabalhos e conseguido ajudar o cacique e todos os patrícios, assessorando-os nas áreas da saúde, educação e território, por meio do conhecimento adquirido nas graduações.

A primeira leva de formados nas Universidades de MS está o Guarani Kaiowá, Terena, Kadiwéu e maioria dizem que não foi fácil e que muitas vezes pensaram em desistir por questões financeiras, saúde, falta de adaptação, costumes diferentes e a questão língua. Outra situação que fez com muitos não conseguisse terminar o curso em tempo regular foi à complexidade que encontraram de assimilar os conteúdos, contudo concluíram suas graduações e retornaram a suas aldeias de origem.

No caso do terena tem conseguido fazer um bom trabalho nas escolas e outras áreas de formação, mais quero aqui mostrar a atuação dos profissionais formados na área da educação, exemplo dos professores que estão a fomentar nos jovens alunos do ensino médio o anseio pela exposição científica como forma de capacitá-los para a pesquisa. E ainda levando os alunos a se conscientizar com a situação dos rios e açudes das aldeias, que estão secando, convocando alunos que quisessem participar do trabalho de pesquisa e de recuperação dos mesmos. Com um grupo não muito grande, tem conseguido trabalhar com os alunos.

Temos exemplos de profissionais graduado em física que não tem sido difícil sua inserção no mercado de trabalho pelo fato da área necessitar de pessoas formadas na área. O indígena formado nessa área tem percebido que as terras indígenas vêm sofrendo modificações diretamente ligadas ao seu ambiente, o que está contribuindo bastante para a transformação do modo de vida dos indígenas, afetando especialmente a qualidade de vida dentro das aldeias. Assim, preocupado com a situação atual, ele tem buscado realizar ações na comunidade local, tais como revitalizar a cultura, bem como as tradições milenares que vêm se perdendo ao longo dos anos. Dessa forma, acredita

que esteja assumindo o papel que a comunidade espera de todos aqueles que têm a possibilidade de buscar algo melhor para a vida coletiva.

Já as indígenas formadas nas áreas jurídicas tem o entrave maior dentro do estado de Mato Grosso do Sul tendo em vista, que para este o trabalho tem sido árduo, pois ele vai tratar de questões territoriais, demarcação de terras, lidarem diretamente com as lideranças dos povos indígenas de MS, além de prestar assessoria ao Conselho Aty Guasy Guarani Kaiowá e ao Conselho do Povo Terena, contribuindo com as oficinas de direito nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul.

Segundo o advogado indígena Luiz Eloy, desde a sua formação, seu compromisso é com o nosso povo e demais povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, motivo pelo qual infelizmente muitas vezes sofre pressões vindas de todos os lados. Mesmo antes de se formarem prestava assessoria, realizando oficinas sobre direitos indígenas e, principalmente, levando pautas da agenda do movimento indígena a nível nacional, tais como: a Proposta de Emenda/PEC 215, a transferência da competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional, proposta esta que também possibilita a revisão das terras já demarcadas; a Portaria 303 da AGU; o PL 1.610 que propõe regulamentar a mineração em terras indígenas; o PLP 227/2012 que define “os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de Terras Indígenas”; além do Estatuto do Índio; Convenção 169 da OIT, Decreto n. 1.775/96, que trata da demarcação de terras indígenas, dentre outras oficinas que foram realizadas em várias aldeias do estado.

Em 2010, formou-se na área de saúde a terena Zuleica, concluindo o curso no período previsto. Seu ingresso ocorreu em 2007 no curso de Enfermagem. Durante o período da graduação, Zuleica Terena morava com parentes em uma aldeia que fica a 10 km da Universidade. Em busca de melhores condições de se deslocar para a universidade, no segundo ano, resolveu mudar-se para a cidade, depois de seu irmão e dois tios terem passado no vestibular da UEMS. Durante o período da graduação, Zuleica Terena conta que se aproximou bastante dos jovens guarani-kaiowá, o que foi de grande aprendizado para ela, que trabalhava com eles no projeto de extensão “O adolescente conhecendo a si mesmo”, contribuindo com o jovem residente em aldeias rodeadas de violência, álcool e principalmente drogas. Para ela foi uma experiência gratificante, pois pôde conscientizar os jovens indígenas a respeito dos diversos problemas que as drogas causavam à sua própria saúde. Zuleica Terena relata que sua

maior dificuldade na graduação foi no início, por ter que se adaptar àquele lugar novo, que julgava ser um universo diferente do qual estava acostumada, em especial pela língua. Pensou em desistir, mas não o fez por conta das boas notas obtidas e pelo apoio da família. No primeiro ano de formação, a terena não retornou à sua aldeia, pois esperava uma oportunidade para trabalhar na área de sua formação. Seu retorno à terra indígena se deu após prestar o processo seletivo do Distrito Sanitário Especial Indígena de MS (DSEI). Tendo tido êxito na prova, a princípio foi trabalhar na TI Nioaque, aldeia da qual não fazia parte, porém ficou feliz por estar ajudando os patrícios. Depois de algum tempo conseguiu ser transferida para a Terra Indígena Taunay/Ipegue, local onde vive sua família. Atuando profissionalmente há quatro anos, entende que o trabalho com seu povo está sendo de muitos desafios e aprendizado. A seguir, algumas fotos para mostrar seu trabalho dentro e fora da aldeia: Em 2016, ela pretende encerrar seu vínculo empregatício e ir atrás de seu sonho maior que é ser médica. Ao ser questionada sobre como as pessoas de sua comunidade a veem como profissional indígena, ela diz: “a comunidade compreende que é necessário que os jovens aproveitem seus estudos. Isso é uma segurança que as lideranças têm com os jovens, a sua formação profissional. Assim podemos auxiliá-los e ajudar o sistema dos *purútuye*, para assegurar garantias e conhecimentos em relação aos serviços da saúde”.

Percebe-se nitidamente nas falas desses profissionais o compromisso que assumem quando do retorno à sua terra indígena/TI para colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas universidades. Zuleica também está fazendo mestrado na área da saúde na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, simultaneamente com seu emprego, pois entende que a formação enquanto pesquisadora auxiliará na qualidade de vida de seus patrícios, contribuindo para uma melhor utilização do saber científico e do tradicional.

Zuleica Terena é um dos exemplos formado na área de saúde que tem aplicado seu conhecimento dentro das aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, pois existem vários indígenas de outros povos no estado que também tem contribuído para qualidade no atendimento na área de saúde.

Norma Floriano Terena, também egressa da UEMS, formou-se em pedagogia. Não conseguiu concluir a graduação no período regular devido a várias dificuldades, dentre as quais julga como a mais séria o domínio da língua portuguesa, pois embora

seja falante da língua desde criança, percebeu existirem palavras que não faziam parte de seu vocabulário.

Ao longo de sua graduação, os colegas de sala foram sensíveis, lhe ensinando o significado das palavras que não conhecia. Contou que os anos de ensino médio foram um período difícil, pois as aldeias da região não ofereciam esse segmento. Tinha então que se deslocar todos os dias para o Distrito de Taunay, localizado a 15 km da aldeia, pois somente ali havia escolas de nível médio, e assim pôde concluir a educação básica. Em seguida, Norma Terena, mudou-se para Sidrolândia, cidade que fica a 134 km da aldeia, não para dar continuidade aos estudos, e sim à procura de emprego. Conta que trabalhou um ano e meio na SEARA Alimentos S.A (empresa do ramo alimentício) e, após ser demitida, teve que retornar à aldeia. Relata que após seu retorno surgiu a oportunidade de prestar o vestibular na UEMS. No período inicial, de adaptação, pensou em voltar para a aldeia, mas por não ter o dinheiro da passagem não o fez. Devido às dependências nas disciplinas, perdeu a bolsa concedida pelo governo. Para se manter e não ter que novamente retornar à aldeia, foi à procura de trabalho, conseguindo se empregar na Creche Recanto de Raízes, onde permaneceu até o término do curso. A formatura foi celebrada com um grande almoço para o qual todos da aldeia foram convidados para receber mais uma profissional indígena. No começo, ela não trabalhou em sua aldeia de origem. Foi convidada para lecionar a língua materna em outra aldeia, onde permaneceu por um ano. Após esse período, voltou para sua aldeia e lá permanece até os dias atuais, lecionando no período vespertino.

A profissional julga importante sua formação, que a ajuda no incentivo da língua materna junto às crianças. Argumenta que, por ser mulher, em outros tempos não poderia ter saído da aldeia para estudar, mas isso foi superado, e onde vive a maioria dos profissionais é constituída por mulheres, que têm conseguido fazer a diferença.

Infelizmente, há egressos indígenas que concluíram suas graduações e não conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Isto acontece muitas vezes porque as aldeias não estão preparadas para receber os profissionais indígenas, na área em que se formaram, e estes acabam por ter de trabalhar em outros ramos que não condizem com a sua formação.

Muitos desses egressos relatam o apelo das lideranças para que retornem às suas aldeias após a formação universitária, já que muitas delas têm grandes expectativas e planos para o profissional indígena, mesmo que no fundo haja a incerteza quanto a se

haverá lugar ou espaços em que eles possam trabalhar. Ainda que este retorno não ocorra, as lideranças sempre relembram a importância do saber que podem ser aplicados pelos jovens na elaboração de projetos para captar recursos para a aldeia na área da agricultura.

Quero citar duas pessoas que entrevistei e que estavam muito tristes por terem um diploma e estarem desempregadas. Era uma tarde de sábado quando cheguei à casa da Amorim F Terena, 33, pois ela mesma marcou esse horário numa tarde de muito sol. Enquanto conversávamos, íamos tomando um bom tereré (bebida servida gelada com erva-mate). Assim, ela me contava sua trajetória de vida com muitos detalhes. Formada em Licenciatura em Ciências Sociais pela UFMS, antes de ingressar no ensino superior, ela residia em Campo Grande e, desde muito nova, sempre trabalhou durante o dia e estudou no período noturno. Aos 22 anos, retornou à aldeia com uma proposta de emprego, mas sem nenhuma formação superior. Com apenas o ensino médio concluído, lecionou no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos/MOVA e logo em seguida assumiu a Educação de Jovens e Adultos/EJA do 6º ao 9º ano. Devido à cobrança por parte da comunidade, precisou um curso superior para que pudesse continuar a dar aula.

Foi assim que buscou o curso específico para quem atuava como Professor Leigo e, então, surgiu à oportunidade de ingressar no curso específico de Licenciatura Intercultural “Povos do Pantanal”, oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. No momento da conversa, ela se emocionou muito ao relatar que, após ter o diploma na mão, nunca mais conseguiu dar aula dentro de sua aldeia, e ficou ainda mais decepcionada quando o próprio cacique lhe disse que “o diploma iria fazer aniversário na gaveta” porque, se dependesse dele, ela nunca iria dar aula em sua aldeia. Outra situação que a entristece, em suas palavras, “é o fato de as pessoas falarem mal do curso em que eu me formei. Sempre escuto as pessoas falarem que não somos capazes por que, ‘como uma pessoa que está cursando o mesmo curso em ciências sociais vai adquirir o mesmo aprendizado de outra que passa de quatro a cinco anos na Universidade? Esses sim saem capacitados, e vêm vocês do Prolind que fazem o curso intercalado e três vezes ao ano... vai conseguir aprender tudo que uma pessoa demora cinco anos para estudar? E muitos não nos aceitam, de jeito nenhum em sala de aula, por isso que a maioria do pessoal do Prolind está parada, ninguém quer nos pegar para dar aula”.

Em relação à inserção no mercado de trabalho, ela justifica que isto depende muito da política dentro da aldeia, pois, infelizmente, as políticas dos *purutuyé* estão fazendo parte de seu cotidiano. Ela acredita que por se manter afastada dessas questões, tem sofrido essas perseguições. Quando perguntei o que pretende fazer em relação a essa situação, a resposta foi “infelizmente, não vou conseguir trabalhar aqui. Tenho que ir para a cidade, arrumei um serviço numa lanchonete. Mesmo trabalhando de garçonete, nunca vou desistir de dar aula porque estudei para isso”.

Infelizmente, essa situação está presente em várias aldeias do estado, e as lideranças, baseadas na “política partidária”, muitas vezes impedem o profissional de retornar à sua aldeia de origem. Não tendo opção, estes últimos migram para os centros urbanos à procura de emprego e acabam se afastando das aldeias com um sentimento de revolta contra o cacique e, pior de tudo, se afastando do movimento de seu povo.

Situação parecida, mas não idêntica à citada acima, é a de Nilziane F, 26 anos, Terena, formada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — pois não envolve política, e sim falta de campo para atuar dentro da aldeia. No período da graduação, ela morou na cidade, em uma casa alugada, e contava com o Vale Universidade do governo do estado. Ela conta que, no período acadêmico, as dificuldades foram às mesmas daquelas enfrentadas pela grande maioria: transporte acadêmico; moradia; alimentação; materiais acadêmicos; e principalmente, a discriminação, que era muito forte. Foram vários os momentos em que ela pensou em desistir, muitas vezes pela carência afetiva, pela dificuldade na aprendizagem, por falta de tempo para o estudo (“como meu curso era integral e ainda trabalhava à noite, não me restava muito tempo para o estudo”). Entretanto, com todas as dificuldades, conseguiu concluir seu curso com êxito, retornando, em seguida, à sua aldeia de origem. A comunidade em geral a vê como uma profissional competente e com muito potencial, mas infelizmente as aldeias não estão preparadas para receber profissionais formados nas áreas das engenharias, pois ainda não há demanda para suas competências específicas. Ela relata que, embora tente prestar algum apoio, sempre é barrada: “quando penso em algo para o benefício da aldeia, sempre é dificultado, exemplo: algum projeto elaborado para a comunidade. O diálogo existe, nem sempre com resultados positivos”.

Entretanto, os casos não param por aqui, os anteriormente citados só serviram como exemplos. Para muitos profissionais, fica o questionamento: “voltar ou não

voltar”? Tanto uma quanto a outra opção pode ter várias consequências, pois o próprio povo pode entender que o profissional não quis retornar à sua aldeia, muitas vezes os julgando sem ter conhecimento da realidade dos fatos. Porém, os próprios profissionais também têm conhecimento de colegas que não conseguiram empregos nas aldeias e se deslocaram para as cidades, sendo mal remunerados e vivendo com enormes dificuldades.

São problemas que precisam ser estudados e para os quais é preciso buscar alternativas para que esses profissionais não acabem frustrados por não terem se inserido no mercado de trabalho. Uma vez não conseguindo, não se sentem realizados, como na fala da profissional Nilziane Terena:

“Ainda há muito que contribuir. Embora haja uma grande dificuldade em trabalhar na comunidade, não quero me deslocar para a cidade, pois estudei pensando em aplicar meu aprendizado na comunidade e, se não o fizer, será frustrante para eu não poder ajudar a minha aldeia”.

É preciso começar a rever essa situação, pois o Mato Grosso do Sul é recorde na inserção dos povos indígenas no ensino superior, é preciso pensar em como fazer para que ao saírem das universidades com seus diplomas também consigam dar o retorno para as suas comunidades, que criam expectativa na formação desses jovens. Não basta somente o título de graduado: é preciso fazer com que, ou permitir que, essas pessoas trabalhem com seu povo, o que, como mostrei, nem sempre depende delas.

Considerações Finais

Na presente pesquisa, procurei enfatizar as dificuldades enfrentadas pela maioria dos acadêmicos indígenas que ingressam nas universidades do estado de Mato Grosso do Sul, ressaltando a importância das ações afirmativas e cotas como forma de reparar um erro que vem ocorrendo há mais de 500 anos.

Procurei mostrar a realidade que julguei necessária, principalmente no tocante às particularidades da experiência de cada indígena profissional enquanto acadêmico dentro das universidades de Mato Grosso do Sul. Mostrei que apesar de todas as políticas públicas existentes, ainda assim são insuficientes as medidas para atender às

demandas desses *patrícios*. Importante notar que, apesar de todo esse sofrimento, os indígenas viam nas suas graduações a oportunidade de crescer e amadurecer, e assim iam descobrindo seu potencial para a construção de seus sonhos, de maneira a transformar a situação em estímulos, sabendo que iriam colher o fruto de seu próprio estudo, uns com mais audácia que outros, no sentido de se entregar ao trabalho em favor do seu povo, como visto nos exemplos acima.

Aqui quero deixar exposto o que se fez presente ao longo dessa pesquisa: as diferentes etapas vivenciadas pelos universitários indígenas desde sua chegada à universidade, a permanência na cidade durante os anos de graduação e, principalmente, o momento posterior à formatura, etapas concluídas com sucesso por muitos deles.

Trazer o exemplo de profissionais indígenas atuando em sua área é uma forma de mostrar que toda essa política afirmativa e de permanência tem sido de grande valia; e mais, que os *patrícios* a valorizam e dela tiram o maior proveito possível, dando o melhor de si para saírem bem formados das universidades e poderem debater com os demais a partir do seu aprendizado. Desta forma, tentei demonstrar, no decorrer desse artigo, a realidade dos acadêmicos durante o período da graduação, sua trajetória após a formação, tendo ou não se inserido em seu campo de atuação e, principalmente, o retorno daqueles que optaram por voltar às suas aldeias de origem, além da recepção destes pelos demais. Ao final, é poder sonhar e ver seus sonhos realizados e que tal formação almejada não está tão longe daquilo que os antepassados sonhavam para a juventude Terena, Guarani Kaiowá, Guarani N'hadewa, Kinikinau, Guató, Ofaiyé e para os demais povos presentes no MS.

O retorno de alguns indígenas à sua aldeia, agora como profissionais, é um novo momento histórico para os povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, um resgate de cultura, pois com a ida à universidade, eles passam a entender a importância de não deixar que as tradições do seu povo se acabem. O valor que os profissionais indígenas atribuem a cada *patrício* da comunidade é extremamente relevante, cada qual exercendo sua função: o homem, o cacique/liderança, o adolescente, as crianças, os professores e, principalmente, as mulheres, que sempre foram, na história dos povos indígenas, muito cuidadosas com seus afazeres do lar e, seguindo a tradição de *Guardiãs de sua família*, estão mais atuantes no movimento indígena, frequentando as universidades. Elas são mais cautelosas nas suas opiniões e decisões por se manterem

mais distanciadas das políticas dos *purutuyé* desde o tempo da colonização, podendo ser, penso eu, mais puras e sensatas nas tomadas de decisões.

A busca dos jovens *patrícios* pelo ensino superior não é uma forma de deixar de ser índio. Muito ao contrário, a busca pela universidade vem como um novo instrumento de luta para se chegar à autonomia, na busca de efetivação de todos os direitos afrontados nos dias atuais, e de se apropriar de todos os conhecimentos para que nós venhamos a protagonizar e reescrever as nossas próprias histórias sem esquecer suas raízes.

Referências Bibliográficas

- AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilário. *Coleção estudos afirmativos, 1. Rede de Saberes: políticas de ação afirmativa no ensino superior para indígenas no Mato Grosso do Sul*. André Lázaro; Laura Tavares (orgs.). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA ; UERJ, LPP, 2013, 86 p.
- ALMEIDA, Nina Paiva. *Diversidade na Universidade: O BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- AMARAL, Wagner Roberto. *As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Sustentabilidade, educação escolar e formação de professores indígenas. *Tellus*, ano 5, n. 8/9, p. 91-101, abr./out., 2005.
- ELOY, Amado, Luiz Henrique. *Poké'úti o território como direito fundamental para etnodesenvolvimento local*. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013, 124 p.
- SOUZA, J. L. de. O Curso de Formação de Professores Kadiwéu e Kinikinau: limites e avanços de uma experiência pedagógica intercultural. In: *Anais do 15o Congresso de Leitura do Brasil/ VI ELESÍ Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas*. Campinas, 2005. Mimeo.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Educação superior de indígenas no Brasil - sobre cotas e algo mais. In: André Augusto Brandão (org.), *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora Ltda/LPP/UERJ, 2007, pp. 253-279.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Cenários da educação superior de indígenas no Brasil, 2004-2008: as bases e diálogos do Projeto Trilhas do Conhecimento. In: A. C. de Souza Lima; M. Barroso Hoffmann (orgs.), *Povos Indígenas e Universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

- SOUSA, N. M. *A redução de Nuestra Señora de la fe no Itatim: entre a cruz e a espada (1631-1654)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.
- VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território terena (1870-1966): uma sociedade entre imposição e a opção*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Dourados, 2003.

Recebido: 19/06/16

Aceito: 30/06/16